



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.002522/2022-91

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: julho/2021

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos com entrega imediata para apoio à Agência Nacional de Mineração no edifício SEDE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Em atendimento ao Decreto nº 8.538/2015 e Lei Complementar nº 123/2006, esta Administração procederá com Exclusividade em 100% (cem por cento) de itens comuns para empresas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (item abaixo de R\$80.000,00).

1.2.1. ESPECIFICAÇÕES

Item	Código (CATSER)	Equipamento	Especificações	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	471011	Televisor	- Tamanho de tela (polegada): 55"; - Acesso à Internet com Wi-Fi integrado; - Tecnologia LED com resolução 4K mínima de 3840 x 2160 pixels; - Conversor digital integrado; - Formato de tela: 16:9; - Sistema de cores: PAL-M/N - NTSC - ISDB-TB; - Entrada USB: mínimo 2 interfaces USB 2.0; - Entrada V-Componente: mínimo 1 interface; - Entrada para PC: mínimo 1 interface RGB; - Entrada Áudio e Vídeo: mínimo 1 interface (RCA); - Saída de áudio digital (óptico/coaxial): mínimo 1 interface; - Entrada HDMI: mínimo 3 interfaces; - Acessibilidade: controle remoto; - Alimentação: bivolt; - Garantia: conforme o item 15.1. do Termo de Referência; - Assistência Técnica Autorizada em Brasília-DF.	Unidade	7
2	253537	Refrigerador	- Refrigerador Duplex; - Capacidade de Refrigeração: 480 litros; - Sistema de Degelo: Frost Free; - Características adicionais: Descongelamento Automático; - Tensão Alimentação: 220 volt; - Cor: Branca; - Garantia: conforme o item 15.1. do Termo de Referência; - Assistência Técnica Autorizada em Brasília-DF.	Unidade	6
3	431266	Frigobar	- Capacidade: 120 litros; - Tensão Alimentação: 220 volt; - Características adicionais: prateleiras removíveis e selo Procel; - Cor: Branca; - Garantia: conforme o item 15.1. do Termo de Referência; - Assistência Técnica Autorizada em Brasília-DF.	Unidade	10
4	439503	Suporte de Televisão	- Tamanho: TV de 55"; - Material: Aço Carbono; - Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática preta; - Características Adicionais: Coluna Telescópica e Giro Horizontal 360°; - Capacidade para carga mínima de 40 kg; - Padrão de furação VESA universal; - Garantia: conforme o item 15.1. do Termo de Referência;	Unidade	7
5	46370	Forno Elétrico	- Forno Elétrico; - Voltagem: 220 v; - Capacidade: 44 l; - Medidas Aproximadas: comprimento: 39,80 cm, largura: 56 cm, altura: 35 cm; - Características Adicionais: luz piloto. - Garantia: conforme o item 15.1. do Termo de Referência.	Unidade	1

1.3. A aquisição em questão atende ao princípio da padronização, impondo a compatibilidade de especificações técnicas e de desenvolvimento; observando as condições de garantia, manutenção e assistência técnica.

1.4. Local de Entrega:

Agência Nacional de Mineração
Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco N, Térreo e do 7º ao 12º andar
Edifício CNC III
70.040-020 Brasília – DF

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. RAZÕES/MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1. As justificativas da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Trata-se de objeto comum os equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos (televisor, refrigerador, frigobar, forno elétrico e suporte de tv, sendo comum o oferecimento por empresas do ramo no mercado local e nacional.

5. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

5.2. A contratada deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

5.2.1. apresentar, quando solicitado, manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

5.2.2. providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias do processo de troca, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de

04/11/2008, e legislação correlata.” e

5.2.3. cumprir a Resolução CONAMA nº 401/2008, quanto ao fornecimento de pilhas e baterias, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

5.2.4. só será admitida a oferta do produto TELEVISOR, REFRIGERADOR, FRIGOBAR E FORNO ELÉTRICO que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nas classes A, B, C, D e E, nos termos da Portaria INMETRO nº 278/2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

5.2.5. A CONTRATADA deverá assinar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme ANEXO V deste Termo de Referência.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens a serem adquiridos se enquadram como **compra com entrega imediata**, nos termos do §4º, do art. 62, da Lei n. 8.666/1993.

6.2. A Administração optará pela utilização de instrumento equivalente do termo de contrato, a Nota de Empenho, balizado pelos valores dos itens, forma de entrega e garantia exigidos no presente termo, conforme art. 62, caput e § 4º, da Lei nº 8.666/93.

6.3. O prazo de entrega dos bens começará a contar a partir do recebimento da nota de empenho ordinário pelo fornecedor, que será de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, prorrogáveis mediante justificativa plausível, apresentada formalmente antes do encerramento do prazo inicial.

6.4. Em caso de empenho global, o prazo de entrega será definido na ocasião do envio da nota de empenho, não podendo ultrapassar o exercício financeiro vigente.

6.5. O envio da nota de empenho se dará de forma eletrônica, com prazo de 48 horas para confirmação do recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo de estabelecido no item 6.1. para a entrega dos bens.

6.6. O endereço eletrônico utilizado para o envio da nota de empenho será o constante na proposta comercial do licitante.

6.7. Endereço de entrega:

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM

Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco N, Térreo e do 7º ao 12º andar

Edifício CNC III

70.040-020 Brasília – DF

6.8. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos bens adquiridos com entrega imediata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.10.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução das obrigações decorrentes deste Termo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução das obrigações decorrentes deste Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução das obrigações decorrentes deste Termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização dos bens adquiridos com entrega imediata, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições das obrigações decorrentes deste Termo; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade das obrigações decorrentes deste Termo.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para

acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das obrigações decorrentes deste Termo, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução das obrigações decorrentes deste Termo.

12.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão das obrigações decorrentes deste Termo nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão das obrigações decorrentes deste Termo, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.14. Serão rescindidas as obrigações decorrentes deste Termo com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. REAJUSTE

13.1. Não haverá reajuste, uma vez que se trata de entrega imediata.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Os bens a serem adquiridos se enquadram como compra com entrega imediata, nos termos do §4º, do art. 62, da Lei n. 8.666/1993. Dessa forma, a garantia de execução para aquisição de eletrodomésticos foi dispensada em razão do custo estimado por item.

15. GARANTIA DOS BENS

15.1. O prazo de garantia dos bens será o fornecido pelo fabricante, desde que contenha Assistência Técnica Autorizada em Brasília-DF.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução das obrigações decorrentes deste Termo, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução das obrigações decorrentes deste Termo;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer

das obrigações decorrentes deste Termo consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa:**

(1) moratória de 0,067% (zero virgula zero sessenta e sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

17.3.2. Entregar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme ANEXO V - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

17.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Fornecimento de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valores unitários: estimado na composição de preços (ANEXO IV: Mapa de Preços (SEI n. 4488580)).

17.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

18.1. O custo estimado (por item) da contratação é de:

ITEM	Código (CATSER)	ESPECIFICAÇÕES	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Custo Unitário estimado (R\$)	Custo total estimado do Item (R\$)
1	471011	Televisor de Tamanho da Tela: 55 polegadas, Voltagem: Bivolt, Características adicionais: Smart TV, 4K, WIFI, Entradas HDMI/USB, Conversor, Tipo Tela: LED. Acessórios: Controle Remoto/Sleep Time/VHF/UHF E TV A CABO	Unidade	7	4.903,84	34.326,88
2	253537	Refrigerador Duplex, Capacidade de Refrigeração: 480 litros, Sistema de Degelo: Frost Free, Características adicionais: Descongelamento Automático e cor Branca	Unidade	6	4.080,07	24.480,42
3	431266	Frigobar de Capacidade:120l, Tensão Alimentação: 210 v, Cor: branca, Características adicionais: prateleiras removíveis, Selo Procel, Consumo Máximo: 25 kw/h	Unidade	10	1.331,42	13.314,20
4	439503	Suporte de Televisão/Videocassete, Material: Aço Carbono, Tamanho: Para TV de 30" A 55", Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática, Características Adicionais: Coluna Telescópica, Giro Horizontal 360°	Unidade	7	286,40	2.004,80
5	46370	Forno Elétrico, Aplicação: Doméstica e 220V	Unidade	1	600,00	600,00
Custo total estimado da contratação (R\$)					74.726,30	

19. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 32396/323102;

Programa de Trabalho: 22122003220000001;

Elemento de Despesa: ND: 44.90.52.12 - Aparelhos e utensílios domésticos;

20.	ANEXOS
20.1.	ANEXO I: Estudo Técnico Preliminar (ETP) (SEI n. 4481658);
20.2.	ANEXO II: Mapa de Risco (SEI n. 4488412);
20.3.	ANEXO III: Instrumento de Medição de Resultado (SEI n. 4488438);
20.4.	ANEXO IV: Mapa de Preços (SEI n. 4502969);
20.5.	ANEXO V: Declaração de Sustentabilidade Ambiental (SEI n. 4478740).



Documento assinado eletronicamente por **José Iago Pereira dos Santos, Servidor Público** (movimentação, Portaria MPOG nº 193/2018), em 20/10/2022, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **5269369** e o código CRC **D6AEAA98**.